

Infância e exclusão: a transfobia no cotidiano escolar

Sérgio Dias de Azevedo¹

BENTO, N. M. J.; XAVIER, N. R.; SARAT, M. Escola e infância: a transfobia rememorada. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 59, p. e205911, 2020. DOI 10.1590/18094449202000590011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xCs6X8XvktzLTCzDFsVygqR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Durante o curso de extensão “Formação Continuada de Profissionais da Educação para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades em Instituições Brasileiras de Educação Básica”, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), surgiu a oportunidade de aprofundar o estudo sobre diversidade sexual, de gênero e os direitos das mulheres. Ao longo da Unidade II, intitulada “Diversidade sexual, de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos”, deparei-me com o artigo “Escola e Infância: A Transfobia Rememorada”, que proporciona uma reflexão crítica sobre o enfrentamento à transfobia no contexto escolar e os desafios enfrentados por crianças e adolescentes transgêneros em instituições educacionais.

O artigo, escrito por Bento, Xavier e Sarat (2020), aborda as dificuldades enfrentadas por pessoas transgêneros desde a infância, destacando como as escolas, muitas vezes, perpetuam a exclusão e a violência por meio de normas de gênero restritivas e cismotivativas. As autoras fundamentam suas discussões na teoria *queer* e nos estudos de Michel Foucault (1977), de modo a desconstruir os padrões que legitimam determinadas expressões de gênero e ignoram a diversidade. A pesquisa se baseia em relatos de mulheres transgêneros, que compartilham memórias de violência física, psicológica e simbólica, oferecendo uma perspectiva direta sobre as dificuldades enfrentadas na infância. Essas memórias são apresentadas não apenas como denúncias, mas como evidências da necessidade de transformação nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas.

Para tal, destaca-se como a escola, ao se basear em normas de gênero rígidas, se torna um espaço de perpetuação de preconceitos. O conceito de “cisgeneride compulsória” é utilizado para descrever o ambiente escolar como um guardião das normas de gênero,

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Distrito Federal, Brasil; professor na Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil / Master in Professional and Technological Education, Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasilia, Federal District, Brazil; teacher at the Education Secretariat of the Federal District, Brazil. E-mail: sergio.profept@gmail.com.

silenciando e marginalizando aqueles que não se enquadram nos papéis esperados para meninos e meninas. Nesse sentido, a cisgeneride compulsória refere-se à imposição social da identidade cisgênero como norma universal e inquestionável, marginalizando e invalidando identidades trans e não binárias. Segundo Ferreira (2021), essa compulsoriedade se manifesta por meio de discursos, práticas institucionais e representações midiáticas que priorizam e naturalizam a experiência cisgênero, tornando outras vivências invisíveis ou desviante. Essa lógica opera a partir da presunção de que o gênero de uma pessoa deve estar alinhado ao sexo atribuído no nascimento e de que essa correspondência é a única possibilidade legítima de existência. No ambiente escolar, essa lógica se manifesta na segregação de banheiros, na categorização de uniformes e nas expectativas de comportamento baseadas no sexo designado ao nascimento, tornando a vivência de crianças transgênero ainda mais desafiadora. A transfobia é, portanto, analisada como uma violência estrutural, que vai além de ações individuais e abarca práticas institucionais que legitimam a discriminação. As autoras argumentam que a ignorância ou a omissão de educadores em relação à diversidade de gênero pode agravar ainda mais a exclusão e o sofrimento dos estudantes trans.

Além disso, o artigo apresenta uma narrativa sobre a infância e a adolescência de mulheres transgênero, destacando suas experiências de *bullying* e discriminação. Relatos como o de Marisa, que descreve o isolamento e a violência física que sofreu na escola, são fundamentais para ilustrar como a transfobia se manifesta no cotidiano escolar. Por meio da utilização da metodologia da história oral, as autoras capturaram as vozes e experiências de suas entrevistadas, oferecendo uma visão que, muitas vezes, é silenciada nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas.

Nesse sentido, as autoras fazem referência a Berenice Bento (2011), que enfatiza a necessidade de reconhecer as experiências vividas por crianças e adolescentes transgêneros. Nesse contexto, ela argumenta que a escola não apenas falha em proteger essas pessoas, mas é uma instituição que, muitas vezes, contribui para a sua marginalização. Esse ponto de vista é corroborado pelas reflexões de Judith Butler (1997), que discute a performatividade de gênero e como as normas sociais são internalizadas pelas pessoas. A pesquisadora sugere que a construção da identidade de gênero é, em grande parte, uma performance social, algo que se reflete nas experiências das mulheres transgêneros que, muitas vezes, enfrentam uma pressão intensa para se conformar a essas normas.

Ademais, outro aspecto importante abordado no artigo é o papel dos educadores e a necessidade de formação adequada para lidar com a diversidade de gênero. As autoras

argumentam que muitos professores carecem de conhecimento acerca de questões de gênero e sexualidade, o que os impede de oferecer um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos. A limitação de formação específica em questões de gênero resulta em uma abordagem educacional que, muitas vezes, é insensível e excludente, perpetuando a violência simbólica contra estudantes transgêneros.

Diante disso, as autoras concluem ser imperativo que as instituições educacionais adotem práticas inclusivas e transformadoras, que não apenas reconheçam, mas celebrem a diversidade de identidades de gênero. Isso envolve a implementação de políticas públicas que garantam a proteção e os direitos de todos os alunos, independentemente da identidade de gênero deles. A formação continuada de educadores deve ser uma prioridade, capacitando-os a criar ambientes escolares que promovam o respeito e a inclusão.

Por isso, a temática se destaca como uma contribuição significativa para o campo da educação e dos direitos humanos, ao abordar a transfobia de maneira profunda e reflexiva. As experiências narradas pelas mulheres transgêneros servem como um chamado à ação para educadores, gestores e formuladores de políticas, destacando a necessidade urgente de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade. Dessa forma, as discussões apresentadas pelas autoras reforçam a importância de um compromisso contínuo com a inclusão e a promoção dos direitos humanos nas escolas. A educação deve ser um espaço de acolhimento e respeito, em que todos os alunos possam se desenvolver plenamente, sem temer discriminação ou violência. As experiências de vida das crianças transgênero são, portanto, não apenas um testemunho das lutas enfrentadas, mas um guia para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Ao abordar uma temática muitas vezes negligenciada nas discussões sobre educação, as autoras contribuem para a visibilidade das experiências de crianças e adolescentes transgêneros, ressaltando a urgência de discutir e enfrentar a transfobia nas escolas. O uso de relatos de vida proporciona uma dimensão humanizada à análise, permitindo que o leitor compreenda não apenas as estatísticas, mas as histórias reais por trás delas.

A perspectiva teórica que fundamenta o artigo, ancorada em autores como Foucault e Butler, é extremamente pertinente. Foucault (1977) argumenta que as instituições sociais, como a escola, exercem controle sobre as pessoas por meio de normas e discursos que moldam comportamentos e identidades. Essa análise se alinha ao conceito de “cisgeneridade”, que Bento, Xavier e Sarat (2020) discutem ao explicar como a escola frequentemente atua como guardiã das normas de gênero, perpetuando a marginalização daqueles que não se encaixam nesse padrão.

Outrossim, autoras como Guacira Louro (2000) oferecem *insights* valiosos sobre a construção das identidades de gênero na educação. Ela argumenta que a escola deve ser um espaço de discussão e reflexão sobre as diversidades, promovendo uma educação inclusiva que reconheça as múltiplas formas de ser e existir. A partir dessa perspectiva, o artigo em questão ecoa a necessidade de que as escolas adotem práticas pedagógicas que respeitem e celebrem a diversidade de gênero e sexualidade.

No entanto, apesar das contribuições significativas do artigo, é importante realizar uma análise crítica de alguns aspectos. Embora o artigo aborde de maneira eficaz as experiências de mulheres transgêneros, as autoras poderiam ter incluído uma análise mais ampla sobre a interseccionalidade das identidades, considerando como fatores como raça, classe e origem geográfica podem impactar as experiências de discriminação e exclusão. Nesse horizonte, autores como Kimberlé Crenshaw (1991) enfatizam a importância de considerar a interseccionalidade ao discutir questões de opressão, uma abordagem que poderia enriquecer ainda mais a discussão proposta pelas autoras.

Além disso, outra questão a ser considerada trata-se da necessidade de dados empíricos mais abrangentes. Embora o uso de relatos pessoais seja poderoso, a inclusão de dados quantitativos sobre a transfobia nas escolas poderia fornecer uma base mais sólida para as reivindicações feitas no artigo. Isso poderia ser complementado por estudos que investiguem a eficácia de programas educacionais que promovem a inclusão de estudantes transgêneros, como aqueles realizados por pesquisadores na área da educação inclusiva.

Contudo, é fundamental reconhecer que a discussão levantada pelo artigo é um passo importante em direção à criação de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores. Ao expor as realidades enfrentadas por estudantes transgêneros, o artigo não apenas gera conscientização, como também provoca reflexão sobre as responsabilidades das instituições educacionais em criar um espaço seguro para todos. O chamado à ação feito pelas autoras é um lembrete poderoso de que a luta contra a transfobia não é apenas uma questão de justiça social, mas um aspecto crucial da educação como prática de liberdade, como defendido por Paulo Freire (1996).

Sendo assim, o artigo revela a necessidade de um compromisso contínuo com a inclusão e a promoção dos direitos humanos nas escolas. A educação deve ser um espaço de acolhimento e respeito, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente, sem temer discriminação ou violência. A experiência de vida das crianças transgêneros, conforme destacada no artigo, representa um poderoso testemunho das lutas enfrentadas, bem como um guia para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

A combinação de relatos pessoais, fundamentação teórica e a urgência de políticas inclusivas faz deste artigo uma leitura essencial para educadores, gestores e todos os que se preocupam com a promoção dos direitos humanos e a inclusão nas escolas. Ao encorajar uma reflexão crítica sobre as normas de gênero e a necessidade de inclusão, o artigo contribui significativamente para o campo da educação e para a luta contra a transfobia, propondo um caminho a ser seguido para garantir que todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua identidade de gênero, tenham acesso a uma educação de qualidade e respeitosa.

Referências

- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011. DOI 10.1590/S0104-026X2011000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. DOI 10.2307/1229039. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- FERREIRA, S. R. S. A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneride compulsória. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 355-380, 2021. DOI 10.29146/ecopos.v24i3.27576. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i3.27576>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia Maria Pondé Vassalho. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.
- LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Submetido em 16 de outubro de 2024.
Aprovado em 10 de fevereiro de 2025.